

**COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA - CI**

**28.06.2021**

\* \* \*

- Abre a reunião o Sr. Dr. Jorge Lula do Carmo.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - Havendo número regimental, declaro aberta a reunião extraordinária da Comissão de Infraestrutura, da 3ª sessão legislativa da 19ª Legislatura, convocada com a finalidade de ouvir o secretário do estado de Habitação, Sr. Flavio Amary, que irá prestar contas do andamento da gestão, bem como demonstrar e avaliar o desenvolvimento das ações, programas e metas daquela Secretaria, de acordo com o Art. 52-A, da Constituição Estadual.

Quero registrar a presença, e vou nominalmente fazer aqui a constatação do quórum, de cada deputado e deputada.

Deputado Castello Branco. (Ausente.) Deputado Coronel Nishikawa.

**O SR. CORONEL NISHIKAWA - PSL** - Pela ordem, Sr. Presidente. Presente.

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - Obrigado, deputado Coronel Nishikawa.

Deputado Dr. Jorge do Carmo, este que vos fala, presente. Deputado José Américo.

**O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT** - Presente, Sr. Presidente, José Américo.

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - Obrigado, deputado José Américo.

Deputado Cezar. (Ausente.) Deputada Maria Lúcia Amary.

**A SRA. MARIA LÚCIA AMARY - PSDB** - Presente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - Obrigado, deputada.

Deputado Ricardo Madalena.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Presente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - Obrigado, deputado Ricardo Madalena.

Deputado Sebastião Santos. (Ausente.) Deputado Murilo Felix, (Pausa.) Deputado Murilo Felix, está conectado? Vou seguir aqui, e depois ... Deputado Roberto Morais. (Ausente.) Deputado Alex de Madureira.

**O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD** - Presente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - Constatado o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, solicito a leitura da Ata da reunião anterior.

**O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente. Peço que seja dispensada a leitura da Ata.

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - É regimental o pedido de V.Exa., deputado José Américo, e fica concedida a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Quero, neste momento, agradecer a presença de todos os deputados e deputadas. Quero agradecer também a presença da deputada Janaina Paschoal, que não está na comissão, mas é uma alegria tê-la na nossa reunião, deputada.

Quero registrar, com muita alegria, a presença e participação do secretário Flavio Amary, e do presidente da CDHU, Silvio Vasconcellos. Esta reunião quer dizer da importância... Registro também a presença do deputado Roberto Morais, membro efetivo desta comissão.

Quero combinar com V.Exas., o secretário, não sei qual é o tempo para fazer uma apresentação, ele já disse que quer fazer uma apresentação e, em seguida, não sei se pode ser assim, quero combinar com V.Exas., o secretário faz a apresentação, o tempo que ele

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

vê que é necessário, e depois a gente abre para os deputados e as deputadas fazerem uso da palavra, de forma regimental. Tudo bem?

Secretário, quero primeiro agradecer a V.Exa. por ter se colocado à disposição para vir a esta comissão, à Comissão de Infraestrutura, para falar sobre as ações da Secretaria da Habitação. Quero agradecer também a participação do presidente da CDHU, Silvio Vasconcellos.

De quanto tempo o senhor precisa para falar sobre as ações, para a gente poder organizar um pouco o nosso tempo, ver quanto tempo a gente pode manter esta reunião, a duração desta reunião?

**O SR. FLAVIO AMARY-** Boa tarde, deputado presidente Jorge do Carmo, sempre atento também às causas habitacionais, é uma honra estar aqui neste momento, participando de tão importante reunião, reunião aqui da Comissão de Infraestrutura, cumprimentando todos os deputados e deputadas presentes também.

Eu pretendo fazer, deputado, em aproximadamente 20, 25 minutos no máximo. Eu vou tentar ser objetivo, não me ater muito a detalhes e números, até porque a apresentação pode ficar disponibilizada a vocês todos da comissão, e a toda a Assembleia Legislativa, e também mantenho aqui o gabinete sempre aberto. É do nosso governo manter a nossa porta aberta, dos nossos gabinetes, para todos os deputados e deputadas da Assembleia Legislativa.

Eu pretendo fazer uma apresentação objetiva, onde a gente aqui destaca os principais pontos, os principais programas da área habitacional, da nossa proposta, o que a gente tem ainda planejado, as ações inclusive já feitas, e também, depois, obviamente, aberto para qualquer tipo de (Inaudível), dúvida, ponderações que possam ser feitas por qualquer membro da comissão.

Se me permite, posso seguir dessa forma, deputado?

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO - PT -** Por mim tranquilo, eu concordo, em havendo a concordância dos demais deputados. Acho que é tranquilo 25, 30 minutos, e aí depois a gente abre para a fala de cada deputado e cada deputada, na forma regimental, tudo bem?

E aí, pedimos aos deputados e deputadas que se inscrevam no chat, que a gente vai organizando, após a fala do secretário, a fala de cada deputado e cada deputada. Ok?

Obrigado, secretário. Fique à vontade na sua exposição.

**O SR. FLAVIO AMARY** - Isso posto, então cumprimentar aqui também, que está ao meu lado, o Silvio Vasconcellos, presidente da CDHU, e aqui todas as pessoas que nos ajudaram a fazer esse trabalho, todos os funcionários da Secretaria e funcionários também da CDHU.

Nós destacamos esses temas que vocês podem ver na tela a ser apresentada, como os principais pontos para que a gente possa debater, conversar, apresentar, mas podemos também entrar em outros temas, se vocês entenderem necessário, ou que haja algum questionamento para a gente colocar.

Essa primeira tela é, na verdade, o orçamento aprovado por vocês, deputados, no último ano, apresentado a nós para o exercício deste ano, e também o que foi feito em 2020, os nossos orçamentos, separados por área de investimento, o que não é segredo para nenhum membro da Assembleia Legislativa, na medida em que vocês mesmos aprovaram esse investimento nessa área, na área habitacional.

Temos alguns programas. O "Casa Paulista" é uma agência importante, os deputados mais antigos já conhecem. Os deputados novos talvez não tenham ainda a informação, mas é uma agência de fomento que busca, na verdade, ampliar a oferta habitacional, concedendo subsídio a famílias de baixa renda no estado de São Paulo, ajudando, em alguns momentos, em parcerias, com as próprias prefeituras, ou com a própria CDHU, mas também fornecendo subsídio para aquisição da casa própria, também para a população de baixa renda, que nunca teve nenhum atendimento habitacional.

Embaixo do "Casa Paulista", temos várias ações, que a gente vai detalhar um pouco mais no decorrer da nossa apresentação.

Aqui um pouco dos números e dos dados a serem apresentados a vocês, no "Casa Paulista", as parcerias que temos com o governo federal, empreendimentos antigos, onde inclusive existia a renda faixa 1, empreendimentos também que, por alguma razão, se tornaram faixa 1 e meio, em algumas razões, com as dificuldades inclusive de hoje, de o governo federal fazer novas parcerias, a dificuldade que nós estamos tendo hoje de desenvolver novos projetos em parceria com o governo federal, isso não só o estado de São Paulo, mas todos os estados do Brasil, o corte fica muito forte no setor de Habitação do governo federal. Tive a oportunidade de participar de uma reunião como esta no Senado Federal na semana passada, com o ministro Rogério Marinho, e ele também pedindo ali para o Senado para que amplie o investimento na área habitacional, tanto ele quanto o secretário nacional da Habitação, Alfredo dos Santos. Isso tem dificultado

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

parcerias que nós tínhamos no passado, no programa “Minha Casa, Minha Vida”, que se tornou o programa “Casa Verde e Amarela”, mas nós podemos trabalhar ainda com essa parceria com os recursos do “Casa Paulista”, como nós estamos fazendo hoje com a iniciativa privada - que também daqui a pouquinho eu vou falar um pouco mais -, do programa “Nossa Casa Apoio”, na qual a gente faz exatamente isso em parceria com governo federal na qual envolve também a iniciativa privada.

Os números aqui eu não vou ficar repetindo ou lendo todos eles para vocês, mas vocês têm acesso, obviamente, a essa apresentação e às informações todas das parcerias que nós temos, seja em programas do “Minha Casa, Minha Vida” e entidades, seja também em investimentos do (Inaudível.), enfim, programas com os quais nós temos em parceria com os municípios ou também com o governo federal. O programa “Nossa Casa” é um programa que foi feito e lançado pelo nosso governo, pelo governador Doria, no final de 2019, na qual a gente busca em três grandes blocos.

Esse é o primeiro deles, que é a modalidade “Nossa casa a preço social”, na qual nós temos alguns municípios conveniados, algumas unidades já assinadas e coisa e tal acontecendo. O primeiro foi o município de Jaguariúna, onde nós fizemos a primeira ação do plano “Nossa casa a preço social”. Ele é um programa que busca encontrar terrenos disponíveis e dentro da malha urbana dos municípios, terrenos bem localizados sem nenhum passivo ambiental, sem nenhum problema jurídico legal e também com viabilidade comercial, para que ele possa ser atrativo para a iniciativa privada e a gente possa receber a contrapartida desse terreno em unidades a preços mais baixos - nós chamamos de unidades a preço social.

Então, a empresa que mais oferecer apartamentos ou casas em uma quantidade maior de imóveis por esse preço mais baixo, por esse preço reduzido, ganha esse processo licitatório. Isso aconteceu o primeiro deles no município de Jaguariúna, mas nós já temos 20 no total, e alguns ainda já próximos à publicação desses editais de licitação em cada um desses municípios que participam do “Nossa casa a preço social”, na qual nós da secretaria, através do programa “Casa Paulista”, também damos subsídios para essas famílias adquirirem esses imóvel e pagarem a preços mais baixos, com envolvimento maior, também, da própria Caixa Econômica Federal, que financeira, e também em programas nas quais possam atrelar o financiamento ou o subsídio que seja complementado também pelo governo federal através do programa “Casa Verde e Amarela”, mas com uma participação importante da iniciativa privada, ampliando, que são programas complementares à ação que nós já temos na secretaria e na CDHU.

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

Essa é uma outra modalidade, que é a modalidade apoio, pela qual a gente busca através dessa forma dar um cheque para essas pessoas, um cheque moradia, e a gente faz assim também em parceria com a iniciativa privada a possibilidade dessas pessoas terem acesso à moradia. Nós fizemos, desde 2019, como vocês podem ver, aportes significativos, fomentando a produção também de milhares de unidades em vários municípios do estado de São Paulo, espalhadas essas ações pelas quais a gente busca atender famílias de até três salários mínimos, famílias que recebem o subsídio, a fundo perdido, cheque moradia, para ajudar essas pessoas a darem entrada em seu imóvel. Lembrando sempre que são para atender famílias que não têm casa, famílias de baixa renda e famílias que nunca tiveram atendimento habitacional.

Repito também: essa é mais uma ação complementar da Habitação, da CDHU e do governo de São Paulo para que a gente possa fomentar a produção gerando também, além de realizar o sonho da casa própria, emprego e renda. Até porque, muita vezes é o que falta para a população aquele pouquinho para que possa adquirir o imóvel e comprar a sua casa própria, que a gente tem feito através do programa “Nossa Casa” modalidade apoio.

E nós temos também essa modalidade no modelo da CDHU, na qual nós tínhamos uma previsão de contratação na mesma modalidade em que foi feita em 2018, na antiga gestão, na qual a gente teve a contratação em conjunto com a Caixa Econômica Federal. Tínhamos um convênio assinado com a Caixa Econômica Federal, mas esperamos por nove meses, foi o nosso prazo final e decidimos por romper esse convênio e assumir a construção da casa própria através da CDHU com recurso próprio. E aqui vale um parênteses, deputado Jorge do Carmo, deputado e deputadas, (Inaudível.) a vocês, que foi através da Reforma Administrativa aprovada no passado que possibilitou essa capacidade de investimento hoje também na Habitação e fazer assim a gente assumir a integralidade de investimento nessas 6.600 moradias que seriam feitas através do programa federal de financiamento da Caixa Econômica Federal, nós assumimos.

E fazemos em duas etapas: a equipe técnica da CDHU - hoje, sob a coordenação do presidente Silvio Vasconcellos - trabalhou uma licitação em dois grandes blocos. O primeiro deles: nós estamos fazendo a infraestrutura urbana desses empreendimentos, colocando ali água, esgoto, asfalto, iluminação, preparando os terrenos com toda a infraestrutura em uma licitação, para que a gente possa, em uma segunda licitação, fazer o processo e ser mais rápido no processo de contratação e atendimento habitacional, saindo um pouco daquela modalidade na qual a CDHU demorava bastante até, pelo

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

sistema construtivo, e tentando trazer sistemas inovadores à construção, trazendo sistemas mais rápidos de construção para que as famílias possam receber mais rápido as casas, também, ao mesmo tempo, realizando o sonho da casa própria de maneira mais rápida.

Lembrando que essas 6.600 unidades habitacionais já foram objetos de sorteio e, obviamente também, portanto, das inscrições dessas famílias. O sorteio aconteceu de maneira virtual, digital, porém com a externa, na presença até de alguns deputados que participaram virtualmente nesses sorteios e com transmissão pelas redes sociais, e ainda se encontram todas nas redes sociais da própria CDHU (Inaudível.) e daí sim a gente busca fazer essa construção com duas características importantes: no convênio da Caixa Econômica, haveria aprovação de crédito. Aqui, na CDHU, não tem aprovação de créditos. Nós buscamos com a companhia, seguindo a determinação do governo, buscar atender a população que precisa e que muitas vezes tem nome sujo.

E a segunda grande ferramenta ou possibilidade para essas famílias é o juro zero, que é o único (Inaudível.) do Brasil no qual o financiamento não tem juros. Tem uma correçãozinha, mas não tem juros o financiamento da CDHU, sempre olhando com carinho e atenção, seguindo a determinação do nosso governador em atender a população mais carente do nosso estado de São Paulo a realizar o sonho da casa própria.

O “Cidade Legal”, muitos deputados também conhecem, é o programa de regularização fundiária, que cabe um grande aceno também ao presidente, deputado Jorge do Carmo, que destinou inclusive recursos para programas de regularização fundiária em algumas cidades aqui da região metropolitana - se eu não me engano, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba e também Embu-Guaçu -, essas remendas para que a gente possa promover a regularização fundiária urbana. Até porque, a rural é feita pelo Itesp, ligado à Secretaria da Justiça. Nós, do “Cidade Legal”, fazemos a regularização urbana, e nós temos convênio, como vocês podem ver na tela, com mais de 500 municípios dos 645 municípios no estado de São Paulo. E batendo recorde, também aprovado por vocês no orçamento do ano passado, com bastantes recursos para que nós possamos investir mais na regularização.

Eu entendo a importância que tem esse tema para que a gente possa levar cidadania para as pessoas e famílias que esperam, muitas vezes, há décadas - trinta, quarenta, até cinquenta anos - pelo seu título de propriedade. Obviamente, todo processo de regularização é feito respeitando a legislação federal nº 13.465, aprovada ainda na gestão do antigo presidente, e foi essa legislação que possibilitou que a gente tenha um rito de regularização mais rápido. Nós compartilhamos, inclusive, essa tecnologia, essa equipe

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

técnica que tem dentro da estrutura da Secretaria de Habitação com outros estados, então nós temos sim essa política de ir buscar ajudar também outros estados, ampliar o atendimento através do Cidade Legal, que é um programa que não traz custo para as famílias de baixa renda. Nós fazemos a regularização em parceria com os governos municipais.

Nós já usamos os contratos feitos através de consórcios de empresas que estão já... E tem conhecimento da regularização a fundear, para que a gente possa levar para essas famílias... E como vocês podem ver, quase 40 mil títulos já foram entregues para as famílias no estado de São Paulo.

E muitos outros ainda, embora já estejam até prontos existe um calendário permanente de entrega, quando a gente faz de maneira virtual ou de maneira presencial com poucas pessoas. E também, atendendo essas famílias que têm (Inaudível.) O título de propriedade. E com esse título eles tem a segurança jurídica, a possibilidade de comercializar os seus imóveis, obter crédito bancário, financiamento bancário, financiamento imobiliário. Mas, principalmente, também ter a segurança de transmitir para os seus herdeiros, para os seus filhos se assim entenderem.

E a valorização que o imóvel regularizado traz para cada uma dessas famílias, que junto quando recebem esse direito, também recebem o dever de pagar os seus impostos em propriedade de transmissão. Enfim, os seus impostos ligados a propriedade do imóvel, que traz assim através da regularização fundiária.

Esse é um resumo um pouco maior dos investimentos ano a ano, também os lucros inscritos, municípios conveniados, e também da distribuição das famílias que foram beneficiadas nos últimos anos, até agora, em junho de 2021, para que a gente possa demonstrar a vocês essa atenção importante que nós damos para o atendimento das famílias.

Sempre olhando, deputado Jorge do Carmo, deputados e deputadas, a população mais carente, o programa Cidade Legal, obviamente, não regulariza imóveis de valor médio ou padrão alto. O trabalho é feito em núcleos bastante pobres e que demandam o atendimento habitacional para que a gente possa buscar atender essas famílias a custo zero, e buscando levar a cidadania para cada uma dessas famílias que é beneficiada no programa Cidade Legal. Que muitos deputados (Inaudível.) Já participaram de encontros, conversas e entendem muito do tema que eu estou falando aqui agora.

Então, a Cohab é um órgão importante dentro... Ligado à Secretaria de habitação, é um colegiado que congrega várias outras (Inaudível.) De outras secretarias, e também de



## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

outras empresas, como a Sabesp, Cetesb, ligados no processo de aprovação e licenciamento de projetos habitacionais. E nós temos buscado aqui, mesmo durante a pandemia, dar o atendimento, fazendo uma modernização, uma desburocratização, de maneira digital, virtual muitas vezes, mas mantendo todo o nosso cronograma de atendimento para que a gente possa dar celeridade ao processo de aprovação de projetos, licenciamento de projetos.

Tanto projetos privados quanto públicos, até porque o (Inaudível.) aprova e licencia tanto público quanto privado. E a gente percebe aqui, o crescimento de ofertas, e também de aprovação e licenciamento feito tanto nos condomínios quanto de loteamentos, no estado de São Paulo. E também as burocracias sendo reduzidas em cada uma dessas ações, nos projetos de aprovação e licenciamento em projetos habitacionais, no estado de São Paulo.

É um exemplo esse grupo de aprovação, ele existe desde 1991, e é um exemplo, inclusive, para outros estados e também para alguns municípios que buscam através do conhecimento e da experiência já bastante tradicional, 30 anos do (Inaudível.) Um exemplo de como a gente consegue aprovar e licenciar projetos habitacionais em um colegiado único, onde em 60 dias cada um dos entes que participam do processo de aprovação tem que dar o seu parecer, deferindo ou indeferindo; e no caso do indeferimento, explicando e fazendo as suas exigências de uma só vez, para que tanto o público quanto o privado possam ter celeridade no processo de aprovação.

E repito, nós mantivemos todo o processo, mesmo durante a pandemia, fazendo muito investimento na área virtual, digital, e também no atendimento as famílias, as pessoas e empresas que precisam dessa aprovação mesmo durante a pandemia.

Projeto "Vida Longa", também alguns de vocês já tiveram o contato comigo sobre isso. É um projeto que foi reformulado no passado, do antigo "Vila Dignidade", fui visitar pessoalmente alguns desses projetos "Vila Dignidade", são moradias do equipamento público, de propriedade pública também. Quando a gente busca fazer a construção para atender a população com mais de 60 anos, e em vulnerabilidade social, atendendo sim esses idosos que precisam de um espaço para viver.

E entendendo a mudança demográfica, nós reformulamos o antigo "Vila Dignidade", que já existia no passado na Secretaria de Habitação, do governo de São Paulo. E nós fizemos uma remodelagem colocando o programa "Vida Longa", nós fizemos uma diminuição nas unidades autônomas e ampliando o investimento na área comum, com o objetivo claro e único de fazer com que as pessoas, os idosos possam

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

ampliar a convivência social, o compartilhamento dos seus espaços, e trabalhando mais para que eles possam interagir entre eles.

Trocando - e uso como exemplo - trocando aquela mesa de xadrez ou de damas ou de dominó de concreto, que ficava no sol, e que ninguém usava, trocando por um espaço gourmet, um espaço com uma lavanderia equipada, inclusive, com máquinas; uma churrasqueira com forno à lenha, uma churrasqueira e também forno à lenha; aparelhos de academia ao ar livre; também uma horta, um pomar; todo um paisagismo. E esse que vocês estão vendo é um empreendimento entregue agora, na semana passada, no município de São Roque, que foi o primeiro deles que ficou pronto.

Nós temos hoje, 11 empreendimentos desses, cada um deles em um estágio específico de construção para ser entregue. Os que estão mais próximos da entrega são em: Bragança, Bauru, também em São José do Rio Pardo e acho que em Barretos também está próximo da entrega. E depois, nós temos outros ainda, que estão na sequência de construção, e alguns que estão em projetos. Lembrando que são casas onde as famílias já recebem cama, com armários, com fogão, com geladeira, totalmente equipadas as casas. E a gestão dela é feita com a prefeitura e a Secretaria de Desenvolvimento Social, a Habitação entra na concessão do projeto e na construção e entrega, junto com a CDHU a entrega. E aí a prefeitura faz a gestão junto a Secretaria de Desenvolvimento Social.

Aqui também, mais algumas imagens como vocês podem ver, cada empreendimento desses tem um custo aproximado, uma média de 3 milhões de reais, esses conjuntos têm de 20 à 28 unidades. A gente busca não ter muita gente, para que possa ter um incentivo a convivência, ao relacionamento, para que eles possam ter sim através disso, um período de vida diferente do que eles têm na periferia, ou morando, muitas vezes, de favor, ou com a dificuldade toda, esses idosos de baixa renda. E também, que precisam do atendimento habitacional.

Lembrando que é um investimento do estado, um equipamento público, e que eles não pagam nada, não pagam taxa de ocupação, não pagam conta de água, nem conta de luz, uma parceria - como eu disse - entre a Secretaria e os municípios que cedem o terreno à CDHU, e também a Secretaria de Desenvolvimento Social que faz a gestão desses empreendimentos em conjunto com as prefeituras municipais.

Aqui, também uma lembrança importante, de uma ação que vocês mesmos, deputados, aprovaram. Uma ação importante de alteração do Art. 180, que possibilita a utilização de áreas institucionais, - isso foi aprovado, se eu não me engano, no início do ano passado, na Assembleia Legislativa - é uma ação importante que vocês aprovaram, e

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

que trouxe a possibilidade de autorização de áreas institucionais, que de acordo com a Constituição do estado, no passado, só permitia a ocupação se fosse objeto de invasão, ou seja, uma área que fosse invadida poderia ser regularizada e ocupada; uma área que tivesse uma implantação adequada e que tivesse uma aprovação legal, ela não permitia.

Vocês deputados alteraram esse artigo da Constituição, permitindo a utilização das áreas institucionais dos municípios. Áreas públicas municipais, portanto, para o uso de construção de habitação de interesse social, fundamental essa alteração que foi feita, porque havia não só oferta de terreno, mas principalmente terrenos dentro da malha urbana, do tecido urbano, próximos aos equipamentos públicos, próximo do local de trabalho, do estudo e o discernimento dado as prefeituras, aprovando pela Câmara Municipal de cada um dos municípios, a possibilidade de dar destinação habitacional para essas áreas institucionais.

Houve um questionamento, não sei se é de conhecimento de todos vocês, mas houve um questionamento dessa alteração no STF e essa decisão tramitou com a ministra Cármen Lúcia, que publicou essa, uns 15 ou 20 dias atrás, a decisão e agora a gente aguarda o acórdão para que haja, assim, um entendimento mais claro do que foi decidido lá pelo Supremo em relação ao Art. 180, então nós estamos esperando que tenha essa liberação.

Na verdade, a decisão foi liberando os municípios para decidir o que deve e o que não deve. O que (Inaudível.) diz a Constituição Federal, dando autonomia aos municípios a decisão do uso e a ocupação do solo do seu município validado, obviamente, pela Câmara Municipal.

Aqui é um pouquinho da CDHU. A CDHU que tem uma política de financiamento, mais de 500 mil imóveis construídos, um pouco menos de 300 mil mutuários que pagam hoje a sua prestação, a inadimplência, no início da pandemia, ela teve até uma leve redução, mas na sequência, ela ampliou.

Mas, a diretoria da CDHU e com a determinação da Presidência e também a (Inaudível.) do nosso governador Doria, que nos pediu para que a gente pudesse dar o atendimento a essas famílias, buscando parcelar e também flexibilizar o pagamento dessas prestações.

A possibilidade dessas pessoas que ficaram endividadas - ou pela perda de renda e também a dificuldade econômica causada pela pandemia - a possibilidade desses mutuários atuarem, renegociarem e parcelarem o seu débito para que não houvesse problema de tomarem o imóvel, de (Inaudível.) o imóvel.

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

Mas enfim, as famílias que, durante a pandemia, deixaram de pagar a sua prestação pela perda de renda e até o período antes da pandemia estavam em dia, elas têm a possibilidade de fazer esse parcelamento da sua dívida sem multa e sem juros também do passado, mas tendo, sim, a possibilidade de repactuar, renegociar e muito já foi feito nessa repactuação e daqui a um pouquinho, se vocês tiverem interesse, nós podemos detalhar um pouco mais essas informações e essas possibilidades que estão sendo feitas hoje na CDHU para o atendimento e acessibilidade de buscar ajudar essas pessoas a pagarem a prestação.

Lembrando que é importante os recursos da companhia para que a gente possa dar continuidade na construção e também no atendimento, que não foi paralisado em nenhum momento.

Nenhum cronograma de obra foi paralisado, nenhuma entrega foi suspensa, nenhuma obra foi paralisada por falta de recursos e é importante que a gente tenha, sim, o recebimento das parcelas para que a gente possa dar continuidade na construção das casas da própria CDHU.

Aqui também tem um resumo dos valores negociados, os acordos feitos. Aqui, vocês podem ver, mais de 13 mil acordos foram feitos durante esse processo todo e com a possibilidade de parcelamento da sua dívida, trazendo recursos para investimento.

São reinvestidos na Habitação e também a possibilidade dessas famílias de dormirem tranquilas nas suas casas, de que a casa não será objeto de nenhum tipo de problema, que a casa está em dia com os seus pagamentos.

Um parêntese - nenhuma reintegração de posse foi feita durante a pandemia por determinação nossa, do nosso governador Doria, para que a gente não fizesse durante a pandemia nenhuma ação de retomada de bem imóvel por falta de pagamento da CDHU.

Obviamente, algumas áreas que estão sendo objeto de problemas, elas podem ter, sim, daí segue a justiça, mas as famílias, os mutuários, por falta de pagamento, não houve nenhuma reintegração de posse na companhia por conta, durante a pandemia, mesmo com falta de pagamento.

Aqui um pouco do resumo do que nós temos hoje em obras na secretaria. Nós temos mais de 30 mil imóveis já entregues na nossa gestão. Nós temos essas quase 30 mil unidades em construção sendo entregues também de maneira sequente e também constante no nosso governo, junto com vocês, muitas vezes, presentes - deputados, cada um na sua região participando de entregas importantes.

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

Quando a gente transforma a vida das pessoas, como vocês todos sabem, a importância que tem na realização do sonho da casa própria e também é importante lembrar que tem uma relevância significativa na economia, no setor da construção, no setor da Habitação, gerando muito emprego e, no dia seguinte, começa a obra hoje, amanhã já tem gente trabalhando nesses empreendimentos da CDHU ou também em empreendimentos com aporte da Casa Paulista.

Aqui um pouco mais das entregas feitas, ou melhor, ali o que tinha em obra, aqui o que foi feito já de entregas realizadas. Esse é o empreendimento feito, dessa foto, na PPP do Centro. Aqui onde a gente teve uma entrega importante também de mais um empreendimento.

E era isso o que eu tinha, deputado. Tentei buscar aqui ficar no meu tempo, que eu tinha me programado de 25 minutos com a apresentação.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de compartilhar com vocês as nossas ações, os nossos projetos, a importância que tem a pasta na realização do sonho das famílias e estou aqui, pronto e a disposição para prestar esclarecimentos, tirar dúvidas, ouvir sugestões de cada um dos deputados e que a gente possa, assim, construir mais sempre olhando com atenção especial a população mais carente do nosso estado.

Obrigado. Uma boa tarde a todos e sigo a disposição.

**O SR. PRESIDENTE - SR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - Obrigado, Sr. Secretário. Muito...

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - SR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - Pela ordem, deputado...

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Roberto Morais.

**O SR. PRESIDENTE - SR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - Roberto Morais. Desculpa, eu não estou...

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - É que eu estou na estrada, presidente, o sinal está cortando...

**O SR. PRESIDENTE - SR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - Pela ordem, deputado.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Boa tarde deputados, deputadas. Boa tarde ao Flavio Amary. Apenas para um agradecimento.

Na sexta-feira da semana passada, Flavio Amary e outros secretários visitaram Piracicaba quando (Inaudível.) assinatura da lei que cria a região metropolitana de nossa Piracicaba. São 25 cidades.

E ali, também, ele foi dar o pontapé inicial das primeiras 500 casas de um programa feito pelo governo do estado, governo federal e também... Na verdade são 1.100 casas. A metade começa a ser construída agora, são casas populares.

Então, parabéns pelo trabalho e muito obrigado pela presença na nossa cidade e o trabalho que o senhor tem feito hoje a frente da sua secretaria. Parabéns, secretário.

**O SR. FLAVIO AMARY** - Muito obrigado, deputado Roberto Moraes. Foi um prazer estar pessoalmente com vocês em Piracicaba em tão importante evento para atender a população piracicabana.

E nesse dia, nosso vice-governador estava (Inaudível.) no estado com ações de Habitação, o nosso governador Doria também, em outro lado (Inaudível.) ali, junto com o nosso governador lá em Piracicaba em uma ação importante, uma ação conjunta de muitas secretarias envolvidas e a principal delas, na minha opinião obviamente, como secretário de Habitação, foi o pontapé inicial para essas mais de 500 casas lá no município de Piracicaba.

Um abraço, deputado Roberto Moraes.

**O SR. PRESIDENTE - SR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - Obrigado, deputado Roberto Moraes. Obrigado secretário pelas explicações, muito rica a apresentação.

Eu... Tem dois deputados inscritos - deputado Nishikawa e deputada Janaina Paschoal, que é líder do PSL e também tem direito de fazer as suas perguntas.

Eu quero só, rapidamente, viu deputada e deputado, falar, fazer duas colocações aqui para o secretário e, em seguida, já abro a palavra para o deputado Coronel Nishikawa e, em seguida, para a deputada Janaina Paschoal.

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

Secretário, muito boa vossa apresentação, a gente... Ouvimos atentamente aqui e essa é uma área bastante sensível, essa questão da habitação, ou da falta dela, do investimento em habitação, a gente... Fizemos aqui um embate na Assembleia Legislativa sempre em defesa de mais recursos para o Orçamento da Habitação.

E nós fizemos, no Projeto de lei 529 no ano passado, nós fizemos um embate muito grande no sentido de defender que a CDHU não fosse extinta, mas na Lei 17.293 ela acabou sendo extinta.

E a pergunta que a meu ver é importante é: nós temos aí, salvo melhor juízo, quase 600 mil mutuários, ou mais de 350, 300 mil que ainda não quitaram seus financiamentos. Os números eu não tenho aqui exatos, mas V.S.a pode colocar. E a pergunta que eu trabalho muito na periferia da cidade de São Paulo, ou na Grande São Paulo, eu sou deputado dessa região, ou no interior mesmo, quando vou até o interior, as pessoas têm muita dúvida, não é, secretário: o que será feito com o legado da CDHU?

Porque é muito grande o legado, são muitas famílias, muitas pessoas, muitos empreendimentos ainda sem regularização, muitos empreendimentos em que as pessoas não pagaram os seus financiamentos. E aí fica como é que será gerido esse acervo, esse patrimônio? Como será tratado isso na Secretaria? Imagino que seja a Secretaria quem vai cuidar. Mas como do final do ano até agora eu particularmente não tive a oportunidade de conversar com V.S.a pessoalmente, até para entender, eu até fiz um requerimento fazendo algumas perguntas, como é que ficaria com a extinção da CDHU por meio da Lei nº 17.293. Eu queria saber um pouco mais sobre isso, como é que a Secretaria e o Governo do Estado vão tratar.

Porque tem muito empreendimento ali. Eu posso citar um: Fazenda do Carmo. São milhares de famílias lá que, sem muitas condições de habitabilidade, sem a regularização fundiária. E outros tantos, estou citando esse como exemplo, mas tem outros tantos que (Inaudível.) de regularização. E aí a gente vê no Orçamento que não tem muito recurso para essa parte, não tem muita destinação de recurso. A gente vê que os números estão, na verdade, diminuindo o investimento na questão da produção de habitação, ou também na questão da regularização. Um exemplo claro é o Cidade Legal. Eu acho muito bonito o nome “Cidade Legal”, acho muito bom esse programa.

Mas eu acho que ele ainda precisa ter muito investimento. Eu até já destinei recursos de emenda parlamentar para esse programa porque eu acredito. As cidades do interior e da Grande São Paulo não têm suporte técnico, não têm investimento para fazer a regularização dos diversos empreendimentos. Então acho que é necessário, no meu

entender, que a Secretaria de Habitação, que o Governo, que podemos colocar mais recursos do Orçamento, ao invés de diminuir, ao invés de diminuir o recurso. E aí, essa é uma pergunta. A outra pergunta é: no estado de São Paulo a gente estima que nós temos 120 mil pessoas em situação de rua, que perderam emprego, 80% delas perderam o emprego. Como é que a gente, que programa tem? O que a Secretaria tem feito, né, para atender essa população?

Porque a gente verifica que os números do Casa Paulista, o Cheque, ou o Nossa Casa, para o porte do estado de São Paulo, para a magnitude do estado de São Paulo, ao meu entender, a meu ver, eles são ainda baixos, precisava ter mais investimento. Então eu queria ouvir de V.S.a, secretário, o que a Secretaria está pensando. O que é possível fazer? Porque no que depende de nós aqui na Assembleia, eu tenho certeza de que os deputados não têm medido esforços para aprovar mais recurso. Mas infelizmente quando chega no final do ano a gente vê diminuindo os recursos, a gente vê corte na Habitação. Será que não seria o caso de colocarmos mais recurso ao invés de cortarmos? E eu voto, se for para cortar recursos da Habitação, eu voto contrário, eu não voto a favor, porque eu sou a favor de mais investimento para a Habitação.

Então eu queria te ouvir, ouvir o senhor, para ver como é que a gente vai explicando isso para as pessoas, porque eu tenho ido a várias comunidades, eu milito muito nessa área de posse e propriedade, pela minha formação, pela minha trajetória política; e eu tenho sido muito cobrado, “E aí, como é que vai regularizar? Como é que vai ficar a CDHU nossa agora, a partir da extinção dela?” Então, para mim não está muito claro. E imagino que se não está claro para mim, eu também não consigo explicar para as pessoas como é que vai ficar toda essa população, que não são poucas pessoas, são muitas, milhares de pessoas que moram em conjuntos da CDHU, que não terminaram de pagar, e quiçá regularizaram, quiçá sabem quando será regularizado, quando terão a sua segurança jurídica, como também foi bem mencionada pelo senhor.

**O SR. FLAVIO AMARY** - Bom, deputado, eu anotei aqui os questionamentos, vamos começar pelo primeiro ponto que o senhor destacou, que foi a proposta aprovada na Assembleia da autorização para a extinção da CDHU na reforma administrativa do ano passado. O primeiro ponto é que as pessoas vão continuar sendo atendidas, as obras continuarão sendo feitas, o atendimento habitacional continuará sendo realizado. Estamos buscando com essa forma, e é um processo, você não suspende ou acaba com uma companhia com mais de 500 mil imóveis, que tem hoje pouco menos de 300 mil



## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

mutuários pagando as suas (Inaudível.), ou seja, (Inaudível.) responsabilidade ainda de um dia para o outro, é um processo.

O objetivo principal é o enxugamento da estrutura, enxugamento do custeio, a diminuição do custo do pessoal, para que a empresa possa ter recurso para investimento nesse momento. Então houve já um corte significativo no número de funcionários da companhia. Nós fizemos um corte, desde o início da nossa gestão até agora de aproximadamente 40% dos funcionários da CDHU. Obviamente houve, sim, um critério técnico, um critério objetivo, para que a gente diminuísse não só um pouco de cada área buscando fazer uma gestão mais enxuta, e o atendimento a essas famílias continua igual. Enfim, essa é a primeira etapa, o processo.

Dois, nós vamos buscar fazer uma conciliação das atividades que muitas vezes são executadas na Secretaria da Habitação e também na própria CDHU. Um exemplo deles é a própria regularização. Nós temos um departamento de regularização na Secretaria e nós temos um departamento de regularização na CDHU. Existe uma dupla função, e o objetivo com esse processo é fazer com que essas áreas fiquem únicas, e buscando ter o melhor uso do recurso público. Esse é o objetivo nosso nesse momento agora. Então não é acabar, nós não vamos acabar com a Companhia amanhã; são etapas. Neste primeiro momento, um enxugamento da estrutura. Houve um corte, do início da gestão até agora, de aproximadamente 40% dos funcionários; mantivemos todo o cronograma de obra.

E esse atendimento habitacional, no médio prazo, o objetivo é que ele seja feito pela própria Secretaria e que tenha essa união dos esforços de áreas para melhor utilização do recurso público. Esse é o objetivo, mantendo o atendimento às famílias, mantendo as obras que estão sendo feitas. Estamos começando agora mais seis mil unidades no estado de São Paulo. Então continua acontecendo, mas uma redução, e no processo de enxugamento também unificação de áreas que são compatíveis na área de CDHU e na Secretaria de Habitação. Tem um objetivo: gastar menos no custeio e mais para investimento. Esse é o objetivo, mas nunca deixando de lado o atendimento habitacional, o atendimento às famílias que precisam.

O senhor colocou o segundo ponto, o do Cidade Legal. O meu objetivo na regularização, deputado Jorge, é exatamente o mesmo do seu, é ampliar o investimento. E assim a gente tem feito. Se a gente olhar o Orçamento, investimento, 2019, 2020, 2021, ele é crescente, e as ações são crescentes, e hoje eu posso dizer que nós estamos batendo recorde de entrega. O Cidade Legal tem 12 anos de existência. Nos primeiros dez anos foram entregues 38 mil títulos; nós, em dois anos e quatro, cinco, meses, já chegamos

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

nesse mesmo número de entrega de títulos, e a expectativa é que a gente consiga romper a barreira dos 70 mil títulos. São 80 mil títulos hoje, o dobro do que foi feito nos dez anos anteriores. Justo lembrar que algumas dessas ações entregues hoje foram iniciadas também em um passado recente.

Então, não é que tudo começou hoje, mas nós, da Habitação, com o “Cidade Legal”, temos buscado fazer uma ampliação do investimento e focamos, sim, nesse atendimento da regularização fundiária, repito, olhando a população mais carente. Nenhum bairro que tem piscina é regularizado pelo investimento público do “Cidade Legal”. O objetivo é regularizar bairros na periferia, de famílias de baixa renda, para que a gente possa levar a cidadania a essas famílias.

Isso vale também, em paralelo, para as regularizações feitas pela própria CDHU, que regulariza os seus imóveis da companhia. No passado, alguns imóveis eram feitos e não tinham o seu Habite-se ou a sua aprovação. Era uma forma, em um passado distante, de fazer essa construção sem passar pelos ritos de aprovação. Há muito tempo não se faz mais assim, mas hoje a gente ainda tem esse passivo de regularização. É justo levar para essas famílias e estamos buscando fazer isso.

A ordem de grandeza é mais ou menos assim: de 500 mil imóveis aproximadamente que foram construídos pela companhia, aproximadamente 100 mil estavam irregulares no início da nossa gestão. Hoje, se não me engano, a gente deve estar perto de 80 mil, alguma coisa perto disso ainda, ou seja, regularizamos mais 20 mil, aproximadamente, da CDHU, e estamos trabalhando para que a gente possa chegar e regularizar todos os imóveis feitos pela própria CDHU.

O terceiro ponto colocado pelo senhor foi em relação ao crescimento da população de rua. Realmente é gritante e chama muito a nossa atenção. Nós, que trabalhamos no centro... A secretaria, como todos vocês sabem, fica na Rua Boa Vista. A gente passa pelo centro na chegada, na saída e na hora do almoço, quando a gente está andando pelas ruas do centro, e a gente vê que realmente ampliou muito, mas aqui é uma ação em conjunto.

Primeiro, é uma ação que tem que ser feita em parceria com o município. É uma ação municipal com apoio do estado, mas é uma ação municipal. E não só de São Paulo: essa é uma característica das grandes cidades, dos grandes centros urbanos, e eu diria do Brasil e talvez até do mundo, esse aumento da população de rua em vários países. Mas nós temos que olhar para o nosso estado de São Paulo.

É uma ação importante, mas, na primeira etapa, deputado Jorge do Carmo, do meu ponto de vista, é uma ação que passa, em um primeiro momento, pela área de Assistência

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

Social, na área de ação social primeiro. Não é ainda um atendimento habitacional. Primeiro precisa ser feita uma ação ali, naquele momento. Existe um trabalho feito pela secretária de Desenvolvimento Social, a secretária Célia Parnes, para que a gente possa melhorar, em conjunto com a primeira-dama, Bia Doria, trabalhando também com o Fundo Social, para que a gente possa dar um atendimento social a essas famílias.

No primeiro momento, é social, porque não podemos atender habitacionalmente, dar um atendimento habitacional para a população de rua, no primeiro momento. Então, é uma ação municipal com apoio do estado e também uma área do Desenvolvimento Social, da Assistência Social, em um primeiro momento, para depois, sim, entrar no processo de atendimento habitacional.

Se não me engano, foram os três pontos colocados pelo senhor. Espero ter respondido os três pontos.

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - Obrigado, secretário. Obrigado pela explicação bastante pontuada em cada situação. Quero passar a palavra agora ao membro desta comissão, o deputado Coronel Nishikawa, que já estava inscrito desde antes de V.Sa. terminar a apresentação. Deputado, a palavra é sua.

**O SR. CORONEL NISHIKAWA - PSL** - Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Secretário. Primeiramente, para me apresentar, sou coronel da Polícia Militar, estou na aposentadoria há 22 anos e sou deputado no primeiro mandato.

Tive a oportunidade de trabalhar no Palácio do Governo no governo Fleury. Naquela época, tinha uma porcentagem destinada à Polícia Militar. Outro dia perguntei sobre moradias de policiais militares, nesse sentido de ter uma reserva para que o pessoal nosso morasse dignamente, porque policiais militares fardados morarem em zonas retiradas sempre é um perigo... A pessoa, o policial ir fardado, qualquer um do pessoal da Segurança Pública. Por esse motivo...

**O SR. FLAVIO AMARY** - Cancelou aqui o áudio, Coronel.

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - É, o áudio do deputado não está bom, deputado.

**O SR. FLAVIO AMARY** - Deputado, está mudo o seu áudio.

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - Liga o seu áudio, deputado. Não estamos ouvindo Vossa Excelência. Deputado Coronel Nishikawa, o seu áudio está desligado. (Pausa.) Agora, sim. Se o senhor puder repetir, porque estava desligado o seu áudio, deputado, por favor.

**O SR. CORONEL NISHIKAWA - PSL** - Então desligou. Espera aí.

**O SR. FLAVIO AMARY** - Nós conseguimos ouvir a metade, mais ou menos, Coronel.

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - Isso.

**O SR. CORONEL NISHIKAWA - PSL** - Acho que deve ter voltado. Alguém me ligou, foi por isso.

Eu pergunto: a CDHU, a antiga CDHU, agora a secretaria que absorveu a CDHU, tem condições de fazer isso? Moradias separadas para policiais militares para que eles não sejam ameaçados em locais retirados, em que hoje, até pelo valor dos aluguéis, eles têm que morar. É uma vergonha o policial militar ter que levar a farda debaixo do braço, escondida, para ir para sua casa. Então, é uma das preocupações grandes nossas, principalmente pelos poucos vencimentos que os policiais militares recebem.

Hoje, sabemos que as demandas principais de qualquer cidadão, principalmente essas de menores recursos, são moradias, como o Dr. Jorge bem afirmou, um defensor ferrenho dos mais necessitados, principalmente na área da Habitação. Parabênz, inclusive, Dr. Jorge, a sua postura dessa forma como o senhor sempre tem feito. Tenho acompanhado. O senhor é uma pessoa diferenciada nesse sentido. Então, faço essa pergunta ao secretário. Desculpe se me alonguei, mas é isso que eu gostaria de saber.

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - Obrigado, deputado Coronel Nishikawa. Muito obrigado pela referência, pela deferência a minha pessoa. Eu também tenho muito respeito por V. Exa. e também sei de sua luta em defesa da Segurança Pública e dos policiais militares.

Secretário, o senhor quer responder ao nosso deputado?

**O SR. FLAVIO AMARY** - Sim. Boa tarde, Coronel Nishikawa. É um prazer ouvir suas ponderações.

Temos uma ação na própria CDHU onde a gente busca, sempre através das instituições, de sorteios, uma faixa, se não me engano são quatro ou cinco por cento, destinada à polícia de maneira geral. A polícia tem a possibilidade de ter acesso a um sorteio e ter a participação de moradia nesses conjuntos habitacionais. Entendo a sua ponderação, quando você pondera que, em alguns casos, pode ser perigoso essa ocupação onde não haja só policiais morando.

Eu aproveito para a gente pensar um pouco juntos, Coronel, para que a gente possa debater um pouco mais esse tema, talvez ajudar inclusive o estado, onde existe um fundo até nacional de investimento habitacional na área da polícia, com que a gente possa talvez até fazer alguma parceria com financiamento e também uma parceria com o governo federal onde a gente tenha, sim, o investimento. Está dentro do Ministério da Justiça e é destinado também a atendimento habitacional a policiais. A gente pode tentar construir algum projeto dentro dessa linha.

Tenho conversado também inclusive com o general Campos, secretário de Segurança Pública, com a mesma demanda. Para que a gente pudesse trabalhar nisso, seria importante que a gente pudesse ter essa parceria utilizando, mesmo que de maneira igual a igual, ou seja, os recursos vindos do governo federal, a gente também colocando a nossa parte e aproveitando melhor o uso desse fundo que existe dentro do Ministério da Justiça, do governo federal, para investimento e atendimento habitacional aos policiais.

Então fica o convite, coronel, para que a gente possa colocar, talvez, a sua assessoria com a nossa assessoria da Secretaria de Habitação. Eu me coloco à disposição para que a gente possa evoluir um pouco mais esse tema, porque nós estamos trabalhando com a Secretaria de Segurança Pública, mas eu acho que o apoio do senhor é fundamental para que a gente possa dar sequência a esse trabalho que certamente é importante para o atendimento habitacional da polícia e a segurança aos que tanto nos dão segurança aqui no estado de São Paulo.

**O SR. CORONEL NISHIKAWA - PSL** - Eu agradeço a disponibilidade. Vamos estudar sim. Eu vou pedir para a nossa assessoria entrar em contato com a sua para a gente combinar um dia para podermos pelo menos encaminhar alguma coisa nesse sentido. Policiais no geral, policiais civis, militares, técnico científicos, até guardas municipais, policiais penais, que todos sejam incluídos na forma e que eles não sejam ameaçados, a

sua família não seja ameaçada por marginais. Muito obrigado. O senhor compreendeu exatamente aquilo que nós queremos.

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - Obrigado, deputado. (Inaudível) obrigado pela resposta. Obrigado, deputado, pelas perguntas.

Eu vou passar a palavra para a deputada Janaina Paschoal, que é líder do PSL, está desde o início aqui, na reunião. Deputada, a palavra é de Vossa Excelência.

**A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL** - Muito obrigada, presidente. Cumprimento V. Exa., o Sr. Secretário, os colegas. Agradecer o secretário pela apresentação.

Já antecipo que, diferentemente do presidente Jorge do Carmo, essa não é a minha área de atuação nem de concentração, então peço perdão se eu cometer aqui algum equívoco, mas a intenção é a melhor. Tem alguns pontos que eu gostaria de ouvir de V. Exa., secretário.

O primeiro ponto - na verdade, até já officiei no início do mandato o próprio general Campos, o secretário que antecedeu o senhor, quando veio em comissão, eu o questionei -, eu recebo, assim, muitas reclamações, secretário, dos moradores lá da área de Campos Elíseos, toda a região ali da Cracolândia, mas especialmente no PPP habitacional de Campos Elíseos, por falta de segurança. Alguns dizem que até, não é que se arrependem, mas ficaram tão felizes quando foram sorteados e já não sabem mais se têm o que comemorar, porque têm medo de os seus filhos saírem para ir à escola.

Hoje mesmo, por coincidência, chegou um e-mail longo de crianças que não estão conseguindo ir à escola porque ali tem aquela situação de não se saber definir quem é traficante e quem é usuário, mas aqueles usuários mais pesados acabam abordando as crianças.

Então, assim, nesse ponto eu queria saber se tem algum programa sendo pensado, eu até fiquei feliz quando o senhor falou que tem conversado com o general Campos, sendo pensado em conjunto, a sua secretaria com a Secretaria de Segurança, talvez até com a da Educação, na medida em que as crianças estão sendo tão prejudicadas, para dar segurança para esses moradores. Então esse seria o primeiro ponto.

O segundo ponto, eu fiquei muito interessada pelo programa "Cidade Legal" e aí, na apresentação, o senhor diz assim, que é para regularizar os núcleos habitacionais. Esses núcleos são necessariamente conjuntos habitacionais, construídos em algum momento,

ou, por exemplo, áreas urbanas de comunidades, favelas, cortiços também podem entrar aqui?

Eu pergunto porque eu tenho recebido muitos e-mails de famílias que estão, muitas vezes, há 10, 20, 30 anos em um terreno. Então, assim, não é aquela situação "ah, acabou de invadir". Não, são pessoas que estão, assim, às vezes até a segunda, terceira geração, já construíram um cômodo, construíram um segundo andar, e não têm a titularidade.

Então eu queria entender, esse "Cidade Legal" é só para unidade habitacional? É para esses casos também? Existe algum plano de fazer na sua pasta o que está sendo feito agora na pasta da Justiça para os loteamentos rurais?

Chegou na Casa, sexta-feira, um PL. Por coincidência eu fiquei sabendo do PL quando eu estava visitando os assentamentos em Rosana e aí eu soube que o secretário da Justiça estava anunciando esse PL. Existe algum plano, excelência, para também esse tipo de regularização acontecer na área urbana? Então esse seria o segundo ponto.

O terceiro ponto, quando eu fui à Rosana tive conhecimento de um trabalho lá, de um programa de moradia em que a prefeitura dá o material, dá o lote urbano, dá o material e a família constrói a sua casa. Eu tinha essa ideia, mas não sabia que tinha algum lugar que fazia. Cheguei a discutir com engenheiros. Sempre fica aquela coisa "ah, mas e a responsabilidade, se der um problema na construção?", então eu queria ouvir do senhor se isso é considerado algo fora de questão na sua secretaria.

Ainda nessa seara das inovações, queria saber se também é fora de questão pensar em casas pré-moldadas no estado de São Paulo. Porque, assim, eu já discuti com algumas pessoas que acham que é contra a dignidade humana. Eu falei: "Mas nos Estados Unidos inteiro o povo vive em casa pré-moldada.". Até em desenho, a gente acha engraçado, em filme, que o povo muda a casa, põe a casa em cima do carro e leva a casa embora. É muito mais barato. Então eu queria saber: isso é algo fora de questão para o estado de São Paulo? Já houve um debate? É algo em que se pensa, pelo menos para alguns bairros?

Então seriam, assim, quatro pontos, Sr. Secretário. O pessoal ali da região da Cracolândia, Campos Elíseos, em especial PPP, a parte Segurança Pública, a regularização de áreas urbanas que não são conjuntos habitacionais, se ela entra no "Cidade Legal" ou se tem algo pensado, a luz desse PL novo para o rural que chegou na Casa, essa ideia de dar o material para a pessoa construir a própria casa em um terreno social e as casas pré-moldadas. São esses cinco pontos. Sei que é muita coisa, mas quem sabe outros colegas também tenham essas questões e podem ajudar, inclusive quem está nos acompanhando.

Muitíssimo obrigada.

**O SR. FLAVIO AMARY** - Obrigado, deputada Janaina. Convido-a, inclusive, para que a gente possa ter uma conversa quando for a sua agenda, eu abro a minha agenda para você, para que a gente possa debater um pouquinho mais os temas da Habitação, até para você ter oportunidade de conhecer, a gente se conhecer um pouco melhor, os temas da Habitação.

Então vou ponderar aqui todos os pontos que você colocou. Eu anotei. Vou começar do fim, que é a construção do pré-moldado. Nós temos hoje um edital na rua rodando em três municípios que é exatamente o que você falou, deputada. Então nós temos três municípios que nos ofereceram terrenos já prontos, urbanizados, infraestrutura. É um projeto piloto. Os municípios de Areiópolis, Salto de Pirapora e Mogi Guaçu, três municípios que ofereceram já o lote com matrícula individualizada, infraestrutura implantada.

Esse edital, se eu não me engano, está programado para ter o final da licitação no dia 14 ou 15 de julho e é exatamente isso, é um edital em que a gente contempla sistemas construtivos inovadores, em um rápido processo de atendimento de construção. Vamos esperar que a gente tenha sucesso nessa licitação, que haja concorrência e que a gente consiga atingir o objetivo.

Se conseguir, nós podemos replicar isso para outros municípios do estado, que muitos têm terrenos já prontos, e a gente pode ter atendimento habitacional de maneira mais rápida. Por isso, a gente chama de "Casa Rápida", um projeto-piloto nesses três municípios, interior de São Paulo.

O penúltimo assunto foi o lote com material (Inaudível.). No Tribunal de Contas houve muito questionamento desse sistema de mutirão. Houve muita discussão e até dificuldade de aprovação das contas. Então, as recomendações, que eu recebi, foram (Inaudível.) muito difícil de ser tratado, que a gente tem que buscar fazer parcerias com as prefeituras num novo sistema para evitar inclusive problemas e até dificuldades também na área técnica.

Tenho tentado construir uma parceria com o CAU, que é o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, que tem um percentual obrigatório, pela legislação, de investir na área também de atendimento técnico, de responsabilidade técnica no atendimento habitacional. Isso está acontecendo na nossa estrutura jurídica, com a equipe também do próprio conselho, o CAU, nessa direção do mutirão. Mas ainda é um tema muito difícil,



até na aprovação das contas e até nas dificuldades de gestão, até pela dificuldade, porque é muito individualizado demais, muito pessoal demais. Então, a dificuldade da gestão é muito grande.

Segundo ponto, o penúltimo, o antepenúltimo foi um pouco mais da regularização. O Cidade Legal faz a regularização de áreas urbanas. Área rural fica no Itesp, junto da Secretaria da Justiça, uma ação muito inovadora (Inaudível.) tratado, quando o secretário Fernando da Costa falou mais uma vez do projeto enviado a vocês na Assembleia Legislativa, um projeto importante que vai dar segurança jurídica para essas famílias em regularizar uma situação, ou seja, dar um encaminhamento para esse tema, que hoje tem nas áreas rurais do estado de São Paulo, os diversos assentamentos que tem no estado de São Paulo.

O Cidade Legal faz a regularização na cidade, justamente o que você colocou, nas comunidades, nos núcleos irregulares. Não é o Conjunto Habitacional da CDHU. Tem a regularização dos conjuntos da CDHU, mas o Cidade Legal enfoca (Inaudível.) trabalha na regularização da periferia, olhando a população de baixa renda, e é o que você falou, das comunidades, das favelas, daquelas áreas que estão aí erradas. E tem uma ação complementar. Eu não falei para vocês, mas está ali no Orçamento, que é um valor da melhoria habitacional. Nós estamos fazendo um projeto-piloto também onde a gente faz o quê? A regularização e também faz a melhoria da (Inaudível.) deles. Muitas vezes o telhado está com problema, não tem ventilação, tem problema de impermeabilização, tem dificuldade na questão sanitária, de maneira geral.

Então, esse é um programa importante de melhoria habitacional, porque ele faz de forma acoplada ao Programa de Regularização Fundiária. Nós temos 50 milhões de reais do Orçamento e contrato já feito, homologado, licitação feita, homologada, e a gente está começando isso. Eu diria que mais uns 15 ou 20 dias, nós temos condição legal de começar esse processo da melhoria habitacional, mais focadamente na região metropolitana de São Paulo, onde tem o maior número de problemas nesse tema específico da (Inaudível.), mais a questão (Inaudível.), a questão da dificuldade também na área sanitária.

E, por fim, o mais difícil, aliás, até porque se ele fosse mais simples ele já teria sido solucionado, que é o problema da Cracolândia e como a interface da Cracolândia tem com a área habitacional. A área de habitação entra nesse processo na construção da PPP, que foi feita pelo nosso vice-governador, Rodrigo Garcia. Nós estamos dando sequência nesse (Inaudível.) da construção. Entregamos agora, há três ou quatro meses, mais 210

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

apartamentos, num total de 3.583, se eu não estiver enganado, em toda a região central, parceria com o governo municipal de São Paulo, que cede os terrenos para que a gente possa ali ter a empresa construindo. A construção deve começar em breve pelas quadras 37 e 38 aqui da Cracolândia.

Eu acredito, deputada Janaina, que a teoria é para a vida naquela região. E para a gente levar vida, temos que levar habitação. O conceito da PPP é ter a fachada ativa na área térrea, área comercial. O objetivo nosso ali é levar às pessoas que já trabalham no centro, que elas possam morar no centro. Eu acho que a solução é fácil, e a solução também não é de uma área, ela é transversal de todo o governo, e também de governo municipal como estadual.

Muitas reuniões de trabalho foram feitas, inclusive, com a própria Secretaria de Segurança Pública, Assistência Social, Saúde, Educação e também Habitação. Ele é um programa transversal, e não cabe à Habitação. Nós temos buscado ali fazer investimento, através da PPP, unidades habitacionais, conceito moderno de urbanismo, quando a gente tem o comércio (Inaudível.) no chão, reforma de praça, uma escola de música, que tem um projeto também sendo incorporado pela própria PPP, naquela região ali da Sala São Paulo, e também da praça ali da Estação da Luz, e ainda a gente buscar fazer essa interface com a região, ajudando.

Mas é um programa transversal que tem mais áreas envolvidas, a própria Justiça, o próprio Ministério Público, ou seja, é uma ação muito complexa, mas que nós, do governo, temos trabalhado, sim, para liberar o nosso governador Doria, trabalhando nesse tema específico e de maneira transversal com todas as secretarias envolvidas.

Pretendo percorrer e tentar ser o mais objetivo nas respostas, mas também convido, deputada, para que a gente possa ter uma conversa, quando for de seu interesse, para que a gente possa debater um pouco mais qualquer um dos temas que a gente tratou aqui hoje.

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO- PT** - Obrigado, Sr. Secretário, pelas explicações. Tudo bem, deputada?

**A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL** - Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO- PT** - Passar a palavra agora para o nosso deputado José Américo.

**O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT** - Eu vou fazer mais umas 20 ou 30 perguntas... É brincadeira, brincadeira.

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO- PT** - À vontade, deputado.

**O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT** - Queria saudar o senhor, Dr. Jorge do Carmo, saudar os deputados presentes, e saudar o nosso secretário Flavio também. Muito bem-vindo, secretário, (Inaudível.) explicações, o senhor tem um conhecimento muito grande da área. Isso é muito bom.

Secretário, tenho assim duas ou três perguntas específicas para fazer. Uma delas é o seguinte: na reforma administrativa, a CDHU deixaria de existir como tal. Minha pergunta é a seguinte: bom, uma vez deixando de existir a CDHU, quem vai gerenciar a construção de habitação no Estado, é a Sehab, a Secretaria de Habitação? Quem vai ser depositário do recurso do ICMS que ia para a CDHU, desde o tempo do Quércio, daquela lei aprovada? Quer dizer, como é que vai ser manejado esse recurso? Entendi os planos de vocês, mas como vai ser manejado esse recurso e qual vai ser o papel específico da CDHU daqui para frente. Sei que o presidente da CDHU está aqui presente, mas eu acho que Habitação é que tem uma visão mais ampla disso. Essa é minha primeira pergunta.

A segunda pergunta, o senhor já respondeu algumas coisas, mas, de qualquer forma, eu queria saber o seguinte: eu acho que uma das principais políticas habitacionais que um governo, como o nosso, é aquilo que o senhor chama de regularização com melhoria. Eu ando muito pela periferia de São Paulo, e nós temos, em várias regiões, muita gente que não tem interesse de sair de onde está. Onde é área de risco, não tem muita saída, mas onde não é área de risco, com área particular você tem condições de regularizar, pagando o proprietário, etc etc. Se é área pública, também você tem como regularizar, hoje, a legislação permite. Então, eu tenho a impressão de que essa regularização com melhoria é uma das políticas habitacionais mais importantes. Às vezes nem tanto construir casa, construir apartamento, mas fazer regularização fundiária.

Só me chamou a atenção uma coisa, secretário. Eu achei que a verba destinada para isso é muito pequena, é muito pequena. Cinquenta milhões acho muito pouco, acho muito pouco, mas tudo bem que isso pode ter um desdobramento no ano que vem, etc, mas eu acho, acho que inclusive nós tivemos alguns exemplos de regularização e melhoria em

São Paulo, que foi feito pelo (Inaudível.), ainda no governo Maluf. Ele fez o ato legal, ele fez uma série de coisas que eu acho que permitiram avançar.

Depois disso, foi o governo Serra, o governo estadual Serra. Ele foi trabalhar com o Serra, e ele deu continuidade também para isso. Ele dialogava muito bem com as lideranças etc., e ele tinha essa visão, que você construir casa, tudo bem, construir apartamento, tudo bem, mas se você puder regularizar, você ganha tempo, ganha dinheiro, e você também economiza dinheiro, e você atender as pessoas.

Então, era basicamente isso. Quer dizer, como que vai funcionar a CDHU, conceitualmente falando? Quais são as atribuições que vão ficar para ela, e quais vão para outro órgão? Quais as atribuições que vão ficar para Secretaria de Habitação? Porque imaginei que ela vai ser incorporada pela Secretaria.

Em segundo lugar, essa coisa da regularização de melhoria que o senhor colocou, que eu achei uma excelente ideia, mas eu só achei pouco dinheiro, mas tudo bem, de qualquer forma, é isso.

Então, é isso, basicamente. O resto foi respondido. Queria mais uma vez agradecer sua presença.

**O SR. FLAIO AMARY** - Obrigado, deputado José Américo, pela oportunidade de falar um pouco mais, até desse programa de melhoria. Falo um pouco mais, antes, dele, falo um pouco mais do PL 529, que já virou legislação, e eu comentei um pouquinho, inclusive, em uma pergunta já feita, mas vou repetir, de maneira breve, mas o objetivo é o seguinte. O objetivo da autorização feita pela extinção da CDHU, neste primeiro momento, é diminuir a estrutura e assumir, no médio prazo, a Secretaria de Habitação, as ações da Habitação.

Eu também presido, José Américo, o Fórum Nacional dos Secretários de Habitação, e acabo tendo uma interface com todos os secretários de todos os estados do Brasil. São poucos os estados que têm uma secretaria, uma pasta específica de habitação. Muitas vezes, ela está junto com obra, ou com infraestrutura, ou até uma diretoria específica em uma secretaria ou outra.

Então, São Paulo tem essa característica de, além de ter uma secretaria específica de habitação, como estado, tem também o orçamento mais robusto, proporcionalmente falando, de todos os outros estados, e é proporcional. Natural que São Paulo tenha mais recursos, porque é o estado que tem a economia mais forte, mas, proporcionalmente, é onde tem mais recursos para atendimento habitacional.

Então, o objetivo é que a gente traga, no médio prazo, mais eficiência ao uso do recurso público, mas trazer essas ações para dentro da Secretaria de Habitação, continuando todo o processo, mantendo o atendimento habitacional, mantendo o atendimento às famílias, que hoje são os mutuários, mas com mais eficiência. Tentar trazer a não duplicidade de ações.

Nós não precisamos ter duas áreas de regularização fundiária, não precisamos ter talvez, dois jurídicos, não precisamos ter dois chefes de gabinete. Dá para a gente tentar ter uma estrutura única, mais eficiente e menos custosa, e que olhe pela habitação, e que possa, sim, gastando menos com estrutura, gastar mais com o atendimento habitacional.

Não é, repito, (Inaudível.). Esse é um processo, e como foi feito na Assembleia, foi feita a autorização para a extinção, e, repito, nós fizemos desde o início da nossa gestão até hoje, já um enxugamento dessa estrutura, preparando tudo isso, diluindo em 40% a estrutura de gasto com pessoal da própria CDHU.

O segundo ponto, que é um ponto muito importante, eu gosto bastante do tema, embora, realmente, como você bem colocou, com o tamanho do problema, 50 milhões não é tanto recurso, mas vale lembrar que é uma iniciativa única, pioneira, inicial. Nunca houve essa iniciativa.

E como a gente olha o déficit habitacional não só com a solução única de construir casa nova, mas inteirada com (Inaudível.) do déficit, a regionalização do déficit e até a experiência passada, até porque eu faço isso desde criança. Ou seja, eu venho da área da construção, da área da Habitação, da área imobiliária. Então, conheço bastante a periferia. Conheço também os problemas das pessoas, e a solução que a gente pode encontrar.

E eu acredito, assim como você, na solução através da melhoria. Muitas vezes, a remoção das famílias de uma área (Inaudível.) traz a solução. Você faz com que as pessoas vendam o apartamento e voltem para a área (Inaudível.)

**O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Exatamente.**

**O SR. FLAVIO AMARY -** Não traz a solução para o problema, e gasta o recurso público. O objetivo é justamente o contrário. Vamos regularizar onde é passível de ser regularizado, e vamos melhorar a condição de habitabilidade dessas famílias no lugar que elas já estão. Ou seja, dando para elas a possibilidade de ficar naquele lugar, e até a custo zero para elas.

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

O objetivo desse programa de melhoria, de início, é fazer o investimento de até 15 mil reais por unidade, empresa já contratada, o estado faz a regularização, faz a melhoria, olhando, como eu disse, a questão da impermeabilização, telhado, o chão, a ventilação, abrindo, eventualmente, alguma janela, a questão sanitária, eventualmente um banheiro adicional, ou arrumando o banheiro para aquela família.

Ou seja, deixando a casa com condição de habitabilidade, tirando essa família do déficit habitacional, e, com pouco recurso, resolvendo o problema. É muito mais barato para o estado gastar 15 do que fazer uma casa de 150 que não traz um resultado efetivo. Esse é o objetivo.

E tem o segundo ainda, que nós estamos buscando, (Inaudível.) um pouco melhor, que é o modo evolutivo habitacional, onde a gente usa até... Onde a família está em uma área de risco, mas que dá para a gente deixar ela regularizada, consertando, ou seja, dando estrutura para aquela construção.

Às vezes, uma fundação bem feita em uma área não tem o risco do desmoronamento, mas a estrutura está mal concebida. Então, nós temos buscado ali, e é um processo difícil, porque é uma ação inovadora, mas eu acredito que seja, sim, uma das soluções dos componentes do déficit habitacional é você tratar desse tema.

Em vez de a gente tirar a família daqui e colocar em um apartamento novo, onde ela não quer, muitas vezes. A gente fazer a regularização, onde é passível de ser regularizado, dando uma condição de habilidade melhor, onde a gente traz a solução para essas famílias, traz a dimensão do déficit habitacional, traz a legalização, porque, quando ela ganha isso, ela também vai ter a responsabilidade de pagar o seu IPTU, de pagar a sua conta de água, sua conta de luz, (Inaudível.), os “gatos”.

Ou seja, quando a gente regulariza, todo mundo ganha. O sistema tributário municipal, estadual, federal, as famílias, que têm a segurança jurídica de entrar na sua casa e ter o documento, a segurança física das famílias, a segurança sanitária, higiênica, saneamento.

Ou seja, é uma ação importante, que traz um bom resultado para a questão habitacional. Eu tenho apostado nisso, José Américo. Se a gente conseguir, com esses 50 milhões, dar o encaminhamento que eu imagino que a gente consiga dar, eu não tenho dúvida que esse pode ser, sim, um grande futuro, um grande passo para a solução habitacional no nosso estado de São Paulo.

Olhando sempre, principalmente, aqui nas regiões metropolitanas, nas grandes cidades, que é onde está esse maior problema, que é a habitação com inadequação. Ou

seja, aquelas áreas que são passíveis, muitas vezes, do atendimento habitacional, para melhoria habitacional. Tentei dar uma pincelada rápida, deputados. A gente pensa muito parecido na solução habitacional. Tenham certeza disso.

**O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT** - Obrigado, secretário.

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - Obrigado, secretário. Obrigado, deputado José Américo. Esse ponto, secretário, esse ponto de melhoria habitacional é uma coisa aqui é muito interessante. Agora, nós estamos dando uma olhada aqui no Orçamento, e vejo que os 50 milhões que o senhor disse que estão destinados, e eu verifiquei que estão mesmo, eles não foram ainda empenhados, quiçá liquidados.

Então, a gente espera esses 50 milhões, e que, no próximo ano, a gente tenha mais milhões para destinar para esse programa aí, que é um programa interessante, para incrementar, embelezar, fazer melhorias, especialmente no “Cidade Legal”. Muitas cidades precisam desse investimento, desse recurso, muitas famílias, e não têm.

Queria aproveitar, Sr. Secretário, até para, se nenhum deputado não quiser mais falar a gente ir encerrando. Eu verifico que no Orçamento deste ano nós aprovamos aqui na Assembleia a monta de quase um bilhão - 999 milhões -, quase um bilhão.

E também verifico que nós estamos já no final de junho e o contingenciamento desse recurso é da monta de 176 milhões, salvo melhor juízo. Pode ser que os números aqui... Eu não vou falar o número todo, mas é da monta de 176 milhões e liquidados apenas 17,68 por cento.

Nós estamos já na metade do ano e a impressão que nos dá é que não vamos atingir, conseguir liquidar todo esse recurso que foi aprovado. Isso significa que nós não estamos dando a destinação, não estamos fazendo os investimentos de produção de moradia, de regularização, tudo isso que foi apontado aqui por mim e pelos demais colegas.

Então, é importante mencionar isso, porque nós estamos na metade do ano e apenas 17,68%, salvo melhor juízo, repito. Pode ser que o número não esteja correto, mas está aproximado. Apenas isso foi liquidado e o contingenciamento também é muito grande: da monta de quase 176 milhões. Eu queria que o senhor falasse um pouco sobre isso.

**O SR. FLAVIO AMARY** - Na verdade, deputado, tem alguns programas que a gente tinha da licitação acontecendo. É o caso da (Inaudível.) habitacional. O contrato foi

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

homologado no início deste mês de junho, por isso que não foi feito ainda nenhum investimento nessa área. Nós temos também o projeto do Casa Rápida, que o edital é executado aqui no mês de julho.

Então, a licitação é no mês de julho. Enfim, nós temos algumas ações que estão acontecendo agora. Nesse trimestre especificamente, também aportes do Casa Paulista no Programa Nossa Casa-Apoio, onde a gente tem feito investimentos praticamente todas as semanas e de grande monta, como colocou o deputado Roberto Moraes no início, quando a gente fez ali 500 unidades em Piracicaba.

Anunciamos também nesta semana no município de Iperó, também no município de Votorantim, também no município de Marília, na região de Marília, na região de Prudente, (Inaudível.) nessa área e outros programados ainda para acontecer nas próximas semanas.

Então, eu tenho certeza de que nós vamos no tempo adequado fazer sim a execução orçamentária adequada e cumprir a meta. E buscar, ainda, defender um descontingenciamento para que a gente tenha mais recursos ainda para investimento na área Habitacional no estado de São Paulo. Não faltam nem ideias e nem a necessidade habitacional; tenham a certeza disso.

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - Obrigado, secretário. Eu quero pedir, Secretário, para V. Sa. disponibilizar esta apresentação no chat, se for possível, para a gente passar para os demais deputados que são da comissão mas não puderam participar, porque é importante para a gente dar uma analisada. Porque foi feita a apresentação, mas se tivermos ela é importante. O senhor pode fazer isso?

**O SR. FLAVIO AMARY** - Faço na sequência aqui, deputado Jorge do Carmo. Eu faço na sequência e eu acho que a gente não tem mais nenhum inscrito para perguntas, não é?

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - Não tem nenhum deputado inscrito, nenhuma deputada. A deputada Maria Lúcia Amary quer fazer uso da palavra? Ela está na sala. Deputada?

**A SRA. MARIA LÚCIA AMARY - PSDB** - Eu só queria na verdade... No intervalo eu precisei entrar numa consulta e saí. Eu escutei uma parte do que foi



## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

conversado aqui, mas eu acho muito boa essa ideia do deputado Jorge do Carmo para a gente colocar para que outros deputados também conheçam.

Porque eu mesma, a gente conhece alguns programas da secretaria, mas como foram criados muitos programas novos, interessantes e importantes, dependendo do tamanho da cidade, do número de pessoas, da população, é importante que a gente possa (Inaudível.)

Que pelo que eu falei com o secretário Flavio, tem cidades poucas, mas que não tiveram nenhum programa nos últimos anos e ele está fazendo todo esse esforço no sentido de cada uma das cidades do estado de São Paulo ter, no mínimo, um programa ou mais programas, mas que possam ser atendidas pela Secretaria da Habitação com projetos importantes.

Nós temos um projeto habitacional que tem um cunho social importante, a garantia e a segurança da moradia ou da regularização da documentação. Então, eu queria agradecer primeiro o convite para que o secretário tivesse comparecido aí.

Agradecer ao deputado Jorge do Carmo e aos demais deputados na nossa comissão, porque foram importantes esclarecimentos para que a gente possa trabalhar com essas propostas do governo nas cidades que a gente tem o nosso eleitorado e os nossos prefeitos para que eles possam se enquadrar em algum programa social importante, habitacional importante. Então, Flavio, queria agradecer você por ter comparecido aqui conosco e agradecer a todos os deputados por estarem participando desta importante reunião.

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - Obrigado, deputada. Secretário, o senhor quer comentar?

**O SR. FLAVIO AMARY** - Só agradecer, na verdade. Obrigado, deputada Maria Lúcia. Obrigado também ao deputado Jorge do Carmo, todos os deputados e deputadas presentes pelos questionamentos, pelas ponderações. Eu acho que a gente está muito alinhado nas necessidades, nos objetivos. Gostei bastante da participação. Obrigado pelo convite, a forma respeitosa, educada e sempre construtiva que vocês me trataram aqui nesta comissão.

Estou sempre à disposição, deputado Jorge do Carmo, para qualquer tipo de esclarecimento, conversa, sugestão, e reitero aqui o convite para cada um dos deputados. Quando for necessário, nosso gabinete também da mesma forma aberto a cada um de vocês. Inclusive estou me deslocando para a Assembleia Legislativa em alguns minutos porque eu tenho agenda com o presidente Carlão Pignatari, da Assembleia.

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

Estou me deslocando em alguns minutos para aí, mas foi um prazer muito grande ter participado com vocês mais uma vez aqui e cumprido o nosso papel legal e responsabilidades como secretário de prestar e estar aqui junto a Assembleia Legislativa, também dando respeito à importância que tem o setor Legislativo, Parlamentar, nessa construção de um mundo melhor para todos nós, um mundo mais democrático, um mundo sempre olhando a população mais carente do nosso estado.

Obrigado mais uma vez, deputado Jorge do Carmo, e a todos deputados, deputadas aqui que participaram conosco com os questionamentos. Foi um prazer ter estado com vocês aqui nesta tarde de segunda-feira. Até uma próxima se Deus quiser. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - Muito obrigado, secretário. Obrigado às deputadas e deputados. Já aceitei o convite do secretário. Eu pedi para a minha secretária falar com vossa secretária aí para eu poder conversar com V. Exa. e se pudermos até fazer conjuntamente com alguns deputados da comissão uma visita para a gente conversar um pouco sobre alguns programas mais detalhadamente, um pouco mais detalhadamente.

**O SR. FLAVIO AMARY** - Estou à disposição, deputado. Se quiser pode até fazer na própria Assembleia. Se você me convidar a gente pode fazer mais uma reunião de trabalho aí. Não cumprindo o Art. 52-A - se não me engano esse é o número -, mas estando aí com vocês de maneira informal, mas também com todo respeito à afinidade que tem que ter entre o Executivo e o Legislativo no nosso estado de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO - PT** - Muito boa a ideia; vamos combinar isso. Eu combino com os deputados da comissão e os líderes aqui da Casa para a gente poder fazer esse bate-papo.

Obrigado, secretário, pela predisposição, pelas explicações. Agradeço muito à deputada Janaina Paschoal, deputado José Américo, deputado Coronel Nishikawa, deputada Maria Lúcia Amary e aos outros deputados e deputadas que não puderam ficar até o final da reunião, mas agradecer as explicações. Agradecer também ao presidente da CDHU, Silvio Vasconcelos, e a toda equipe da Secretaria de Habitação.

E não havendo mais nada a tratar, está encerrada esta reunião. Boa tarde a todos. Obrigado à equipe das comissões, da TV Alesp, por esta brilhante apresentação e esta brilhante reunião. Boa tarde a todos.

*Divisão de Registro de Pronunciamentos*

\* \* \*

- Encerra-se a reunião.

\* \* \*